

Representações sociais da adolescência por adolescentes e jovens¹

Social representations of adolescents and young about adolescence

Divaneide Lira Lima Paixão²
Angela Maria de Oliveira Almeida³
Felipe Rosa-Lima⁴

RESUMO: A partir do século XX, a adolescência tomou força de realidade psíquica e social constituindo-se, portanto, em um fenômeno recente que tem tomado diversas significações no universo científico. Aspectos sociais, políticos e econômicos significam a adolescência, produzindo representações ambíguas. Objetivou-se, na investigação ora apresentada, identificar as representações sociais que jovens elaboram sobre a adolescência. Um total de 308 jovens participou da pesquisa. Foram realizadas Análises de Conteúdo e Análises de Evocação. Os resultados indicaram uma visão de adolescente que carrega as marcas históricas da transgressão. A conclusão sugere que as representações sociais da adolescência estão ancoradas em características e conceitos historicamente construídos acerca da adolescência, na percepção atualmente circundante na sociedade sobre a violência juvenil e nas inserções sociais dos sujeitos da representação.

Palavras-chave: representações sociais; adolescentes; jovens; adolescência; violência.

ABSTRACT: Starting from the century XX, the adolescence took force of psychic and social reality being constituted, therefore, in a recent phenomenon that it has been taking several significances in the scientific universe. Social, political and economical aspects means the adolescence, producing ambiguous representations. The main objective of this research was to identify the social representations that teenagers have about adolescence. Were part of this research 308 teenagers. The results - obtained from specific studies and analysis, indicated have a vision that adolescents carry historical marks of transgressions. The conclusion suggests that the social representations of adolescence are anchored in historically constructed concepts about adolescence, currently surrounding the perception in society about the teenager violence and also in the social insertion of the subjects of representation.

Keywords: social representations; adolescents; young; adolescence; violence.

Introdução

Esta pesquisa buscou examinar as representações sociais da adolescência sustentadas pelos próprios adolescentes, remetendo-nos às relações entre adolescência, violência e direitos humanos. Vale evidenciar que a investigação aqui apresentada encontrou suporte no debate social entre violência e adolescência, que insiste em associar os jovens à criminalidade e retomar a proposição de redução da maioria penal. Nesta pesquisa, entende-se que a adolescência, a violência e os direitos humanos se constituem em objetos

¹ Este artigo é parte integrante do projeto Adolescência e Direitos Humanos, subvencionado pelo CNPq, coordenado pela segunda autora, e do qual deriva a Tese defendida pela primeira autora, no PPG-PSTO/IP/UnB.

² Doutora em Psicologia; Professora do curso de pedagogia da Universidade Católica de Brasília – Distrito Federal, Brasil. E-mail: divaneide@ucb.br.

³ Doutora em Psicologia; Pesquisadora colaboradora sênior do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília - Distrito Federal, Brasil.

⁴ Psicólogo; Mestrando em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília - Distrito Federal, Brasil.

que fazem parte da dinâmica da realidade social, cuja compreensão é importante para, em última análise, desvelar os significados dados aos comportamentos dos indivíduos, no que se refere às práticas cotidianas diante da violência juvenil.

A construção histórica dos conceitos de infância e adolescência mostra que a ideologia higienista da Primeira República impactou tanto as políticas de Educação, ao dar condições para a criação da chamada *Pedagogia Científica* como a própria legislação brasileira, ao fazer nascer o primeiro Código de Menores do Brasil, em 1927. Ambas se prestaram à domesticação da infância e da juventude, em favor do projeto político de “Ordem e Progresso” que influenciou fortemente o país por cerca de 30 anos. É justamente pela apropriação dos conceitos científicos na organização da sociedade que tais aspectos ideológicos tornaram-se mais intensamente identificados, visando consolidar um projeto de nação forte e saudável, a partir da necessidade de *moldar* o sujeito, regenerando-o física, intelectual e moralmente (Patto, 1999; Faleiros, 2005; Carvalho, 2006).

No combate à deterioração social, tornou-se visível a desqualificação dos pobres e a pobreza passou a ser associada à sujeira, “doença, degradação, imoralidade, subversão” (Patto, 1999, p. 18). A compreensão da existência de uma (des)funcionalidade no tecido social, coloca sob o mesmo teto o “menor”, a infração e a pobreza como ameaças à ordem pública. Neste contexto, o Código de Menores de 1927 foi elaborado visando uma categoria específica de infância, ou seja, a infância desvalida, abandonada e infratora – aquela que se corporificava no termo “menor”. Aos chamados “menores” correspondia, ao mesmo tempo, os títulos de “coitadinhos” e “perigosos” e a ordem era, portanto, impedir que os “menores” perigosos, anti-higiênicos e imorais permanecessem à mercê de suas “famílias desestruturadas”.

No ano de 1979 um novo Código de Menores foi instituído, mas ele não modificou tais concepções e permitiu que a não diferenciação entre crianças e adolescentes abandonados permanecesse inalterada. Estas crianças e adolescentes continuaram sendo vistos como vítimas de negligência e abusos e, ao mesmo tempo, autores de atos infracionais. Sobre essa relação presente nos Códigos de 1927 e 1979, Almeida (2006) destaca:

Ao tratarem o “menor abandonado” e o “menor delinqüente” como realidades idênticas, consolidou-se o binômio pobreza-criminalidade (que gerará mais tarde o binômio violência-pobreza), responsabilizando, em última instância, a origem da criança e do adolescente pobres, bem como de sua família, pela sua condição de marginalização social (Almeida, 2006, p. 09).

O estigma do “menor” abandonado e marginal persiste nos dias atuais e fortalece o preconceito entre atores sociais, como educadores e autoridades jurídicas, ainda que coabite com novas perspectivas representadas legalmente através da Constituição Federal (1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Esses dois documentos concretizam a busca por iniciativas capazes de construir uma nova compreensão sobre a condição da criança e do adolescente. A partir do ECA universalizou-se a condição adolescente a todos os sujeitos entre 12 e 18 anos, independentemente de seu estrato social. O conceito de proteção integral consagrou crianças e adolescentes como sujeitos de direito e em fase especial de desenvolvimento, demandando, portanto, a proteção do Estado.

Na atualidade imediatamente contemporânea, coexistem diversos discursos a respeito da infância e adolescência, entre os quais se destaca a relação com a violência e a pobreza.

No tocante às notícias veiculadas na mídia, autores brasileiros como Belloni (2004) e Menandro, Trindade e Almeida (2005) têm assinalado a distância que separa o que tem sido noticiado pela mídia e os registros oficiais dos crimes e delitos cometidos pelos adolescentes. Essa distância revela uma superestimação da violência juvenil e contribui para intensificar a relação entre juventude e violência frente à opinião pública.

Diante do cenário apresentado, no qual violência, adolescência e direitos humanos se entrelaçam, interessou-nos, particularmente, identificar as Representações Sociais (RS) que os adolescentes elaboram acerca dos próprios adolescentes no contexto de uma sociedade violenta. As questões norteadoras dessa pesquisa foram: (a) Qual é o conteúdo e a estrutura das RS de adolescentes sustentados pelos jovens? (b) Há diferenciações nas RS de adolescente quando se altera as características do objeto de RS? c) Quais os fundamentos sócio-históricos e culturais que ancoram tais representações e suas possíveis diferenciações?

Nesse sentido, os objetivos dessa pesquisa foram assim detalhados: (a) examinar o conteúdo e a estrutura das RS de adolescência enunciadas pelos jovens; (b) identificar as possíveis diferenciações das RS de adolescência em função da natureza do objeto de representação (adolescente, adolescente normal, adolescente carente e adolescente infrator); (c) examinar os elementos sócio-históricos de ancoragem das RS de adolescência.

Os objetivos deste artigo estão parcialmente apoiados na abordagem estrutural proposta por Abric (1998) para quem “uma representação é constituída de um conjunto de informações, de crenças, de opiniões e de atitudes a propósito de um dado objeto social. Este conjunto de elementos se organiza, estrutura-se e se constitui num sistema sociocognitivo de tipo específico” (p. 30). Esta abordagem, denominada Teoria do Núcleo Central tem como fundamento a concepção de que toda representação está organizada em torno de um o núcleo central - entendido como princípio organizador dos elementos da representação e que lhe dá sentido - e de um sistema periférico, que tem por função manter, atualizar, proteger os elementos centrais e abrigar as possíveis modulações individuais e grupais de uma RS.

Método

Participantes

Participaram desta pesquisa 308 jovens, sendo 145 oriundos de escola particular e 163, de escola pública. Ambas as escolas se localizam em cidades satélites do Distrito Federal e se diferenciam em termos sócio-econômicos, conforme indicadores da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD, 2004).

Dentre os 308 jovens participantes desta pesquisa, 47,6% são do sexo masculino e 52,4%, do sexo feminino. A idade média destes jovens é de 18,21 anos (SD = 4,41). Do total de respondentes, 46,07% estavam no 3º ano do Ensino Médio; 26,8% estavam no 2º ano e 27,1% freqüentavam o 1º ano do Ensino Médio. Disseram ser de religião Católica 62% dos jovens. Outros 20,7% se reconhecem Evangélicos, 13,6% se identificam como alguém sem religião e os demais, 3,7% se dividiram entre outras religiões.

Instrumentos

O questionário utilizado para a coleta de dados nesta pesquisa é uma tradução e adaptação do questionário “*Ricerca Sui Diritti Dei Minori*” elaborado por Petrillo e Donizzetti (2005). Para o presente artigo considerou-se a primeira parte do instrumento, formada por questões de associação livre, a partir dos seguintes termos indutores: adolescente, adolescente normal, adolescente carente e adolescente infrator.

Ainda com o objetivo de acessar as RS da adolescência, os respondentes foram convidados a descrever uma situação imaginária na qual um ou uma adolescente estivesse envolvido. Para compor uma imagem tipificada do adolescente os participantes foram guiados por sete perguntas relativas a: 1. identificação - Quem é o/a adolescente? 2. localização - Onde ele/a está? 3. tipologia das interações - Com quem ele/a interage? 4. tipologia das ações - O que ele/a está fazendo? 5. Justificativa para as ações - Por que ele/a está fazendo isso? 6. Modo de enfrentamento da situação - Como ele/a vive a situação? 7. Emoções sentidas pelos adolescentes - O que ele/a pensa, o que sente?

Procedimentos de coleta e análise dos dados

A aplicação do instrumento foi feita em sala de aula, com uma duração aproximada de 60 minutos. Para a análise dos dados coletados pela técnica de Associação Livre foi utilizado o *software* EVOG, desenvolvido por Vergès (1992). O programa organiza as evocações de acordo com a ordem média de aparecimento e as frequências de evocação. Após o cruzamento desses critérios define-se a relevância dos elementos que se associam ao termo indutor, permitindo conhecer a estrutura das representações sociais. A análise do material verbal produzido a partir das questões abertas de tipificação dos adolescentes seguiu os preceitos da Análise de Conteúdo de Bardin (1977), constituindo um sistema de categorização clássico.

Resultados e discussão

1. Tipificação do adolescente

Conforme explicitado anteriormente, os participantes foram convidados a imaginar e descrever uma situação onde houvesse um ou mais adolescentes envolvidos. Os dados a seguir referem-se a esta questão. Os participantes foram guiados por sete perguntas relativas a: 1. Identificação - Quem é o/a adolescente? 2. Localização - Onde ele/a está? 3. Tipologia das interações - Com quem ele/a interage? 4. Tipologia das ações - O que ele/a está fazendo? 5. Justificativa para as ações - Por que ele/a está fazendo isso? 6. Modo de enfrentamento da situação - Como ele/a vive a situação? 7. Emoções sentidas pelos adolescentes - O que ele/a pensa, o que sente? Os dados relativos a esta questão estão, pois apresentados na ordem em que estas questões foram apresentadas.

1.1 Quem é o/a adolescente?

O perfil do adolescente foi alicerçado em três atributos principais: idade, sexo e nível sócio-econômico. Ainda que 52,4% dos jovens participantes deste estudo sejam do sexo

feminino, nas situações descritas, é o adolescente do sexo masculino que aparece com alto nível de frequência, reforçando a idéia de que a adolescência é uma etapa vivida, sobretudo, pelas pessoas do sexo masculino (Almeida, Cunha & Santos, 2004). Dos 308 participantes da pesquisa, 220 descreveram histórias imaginárias indicando o sexo dos adolescentes envolvidos nelas, destes, 75,9% indicaram adolescentes do sexo masculino. Adolescentes do sexo feminino foram citados em 22, 7% das histórias e histórias com adolescentes de ambos os sexos representaram 1,4% das respostas.

Uma possível explicação para essa associação entre adolescência e masculinidade pode ser pensada a partir das relações de gênero instituídas culturalmente em nossa sociedade. Nestas relações, atribui-se ao homem características de virilidade e agressividade, as quais são explicadas como transgressão às normas sociais. Da mesma forma, o conceito de adolescência, tal como entendido desde o final do século XIX, aparece associado à idéia de transgressão.

Quanto à idade, 194 respondentes descreveram histórias que traziam esse dado. Destes, 88,1% descreveram histórias em que os adolescentes tinham idades de 12 a 18 anos e 11,9% indicaram idade de 19 a 26 anos para os adolescentes de suas histórias. A incidência das descrições feitas mostra que a delimitação jurídica presente no ECA – 12 a 18 anos – faz parte das representações de adolescência, embora seja possível observar também que a indicação cronológica presente nas pesquisas da área sociológica, tem adesão reservada. Parece haver, ainda, entre os jovens uma compreensão de que abaixo de 12 anos o sujeito não é ainda um adolescente e que por isso não poderia ser protagonista das situações por eles imaginadas, visto que não é descrita tal faixa etária nas respostas dos participantes.

Do total de participantes da pesquisa, 189 explicitaram a condição socioeconômica dos adolescentes de suas histórias e, nesse caso, 50,8% das histórias fizeram menção a adolescentes pobres. Adolescentes ricos representaram 19% das histórias descritas e 30,2% mencionaram adolescentes em situação estável. Consolidada-se, assim, nas representações de jovens do Distrito Federal, a imagem de um adolescente pobre, com idade entre 12 e 18 anos e do sexo masculino.

1.2 Onde ele/a está?

Foi de 235 o número de jovens que indicou o lugar onde o adolescente de sua história estava inserido. Sobressaem as descrições que inserem os adolescentes nos espaços públicos (40,9%), como as ruas, esquinas e viadutos. A urbe é descrita por Castro (2004) como um lugar que acolhe os indivíduos para que na coletividade busquem suas vias de expressão pessoal. Do mesmo modo, Pais (2003) discute como a cidade – suas ruas e lugares – acentua e proporciona o cruzamento das trajetórias de vida em que os sujeitos se aproximam e se afastam uns dos outros, tecendo cadeias de relações chamadas de *interconectividades*. Essas cadeias se constituem em algo típico das vivências juvenis e indica as trocas de lugares e de afetos organizadas com base nos sentidos e nas lógicas que as cidades produzem.

Ainda sobre os lugares ocupados pelos adolescentes, os jovens citam a escola e suas mediações (38,3%), mostrando que para esse grupo a imagem do adolescente estudante aparece, de forma semelhante, em pesquisas realizadas por Menandro, Trindade e Almeida (2005) e Almeida (2005), em que “ser adolescente” é “ser um estudante”, estando, de fato, envolvidos com atividades escolares.

Outros lugares como abrigos (3,4%), casa de familiares (7,2%), locais de trabalho (2,1%), locais para diversão e lazer (5%), como Shopping Center, e outros lugares (3,1%) também foram indicados. A vinculação entre adolescência e diversão, que aparece como uma das características dos lugares citados, já se mostrou importante em pesquisa anterior (Martins, Trindade & Almeida, 2003) em que ficaram evidentes os significados atribuídos pelos adolescentes às suas vivências da adolescência como uma fase de alegria e curtição.

1.3 Com quem ele/a está?

Nas respostas a esta questão ($N=158$), evidencia-se que em 42,6% das situações descritas figuram adolescentes em interação com adolescentes do sexo masculino; 70% das histórias trazem adolescentes em interação com outros na faixa de 12 a 18 anos e em 43% delas a interação se dá com adolescentes pobres. Do total de respondentes, 49,4% indicam claramente que os adolescentes estão se relacionando com pares iguais.

A vivência em grupos de pares constitui um dos elementos mais característicos da RS da adolescência, e no grupo, marca-se a semelhança entre os membros. Nesta mesma direção, Klosinski (2006) assinala que os adolescentes costumam se reunir em grupos sujeitos de mesma idade e mesmo sexo porque é essa forma de agrupamento que ajuda o adolescente a se preparar para lidar com o sexo oposto e também a superar conflitos e mudanças psíquicas, sendo que a formação do grupo “faz surgir um sentimento de senso comum, com o qual o indivíduo precisa identificar-se para poder participar” (p.29).

Ainda que a maioria das respostas aponte para adolescentes relacionando-se com pares de mesma faixa etária, são descritas situações em que os também adolescentes se relacionando com pessoas na faixa etária de 19 a 25 anos, o que acontece em 14,8% dos casos. Ou seja, com pessoas que não estão na faixa etária adolescente do ponto de vista jurídico, mas que sociologicamente são consideradas jovens, possivelmente com os mesmos ideais e objetivos dos adolescentes, que freqüentam os mesmos lugares. Grande parte dos adolescentes descritos nas situações elaboradas pelos jovens se relaciona com outros adolescentes também do sexo masculino e pobres, enquadrando-se na discussão feita sobre a questão de caracterização do jovem em relação a gênero e classe social. Ao observar os dados em seu conjunto, esta questão revelou uma percepção mais flexível dos jovens em relação aos padrões de interação social, sem efetivamente contrariar a literatura vigente da Psicologia do Desenvolvimento, principalmente ao que se refere aos padrões de socialização dos adolescentes.

1.4 O que ele/a está fazendo?

A rebeldia permanece como uma negativa marca da adolescência, assim como a transgressão às normas. De um total de 225 jovens, 38,7% escreveram histórias em que os adolescentes apareciam praticando atos ilícitos, como uso de drogas, roubo, assalto, crimes. As drogas e a transgressão aparecem com forte vínculo à imagem do adolescente, corroborando a idéia de que a representação social da adolescência vem acompanhada de traços negativos cuja característica principal é a transgressão às normas, a lei, a ordem, conforme evidenciam diversas pesquisas (Magro, 2002; Souza, 2005) e elas se fixam em dados que de longa data têm povoado o imaginário social acerca desse fenômeno chamado adolescência.

De todo modo, pode-se considerar que boa parte dos jovens vêem os adolescentes com lentes mais positivas, já que em 25,4% das situações descritas mostram adolescentes praticando atividades responsáveis. Além disso, em 20,1% das histórias revelam adolescentes praticando atos de diversão e lazer. Atividades que não desabonam a conduta adolescente, ao contrário, são vistas como atividades propícias para essa fase da vida.

Os jovens indicaram ainda que em 6,2% das descrições os adolescentes não estão fazendo nada, ou estão praticando ações indefinidas (9,6%) que não podem ser classificadas em nenhuma dessas categorias.

1.5 Por que ele/a está fazendo isso?

Um total de 214 jovens respondeu a esta questão e 38,2% dizem atribuir à prática de atos ilícitos questões pessoais, como má índole, vício, opção de vida; seguido por questões institucionais (18,8%), como impunidade e falta de opção para os adolescentes, ausência do governo; ou ainda, de ordem familiar (15,3%), como ausência ou falta de estrutura e, por fim, social (15,3%), como a influência dos amigos.

O governo aparece no discurso dos jovens como uma instituição responsável pelo envolvimento dos adolescentes em atividades transgressoras, mas, mais uma vez, a naturalização da transgressão juvenil surge, para atribuir ao próprio adolescente a responsabilidade maior pelos seus próprios atos. A família também é cercada de culpa e, definitivamente, pode-se considerar que velhas idéias, preconceituosas e injustas, permanecem habitando o imaginário social acerca da adolescência.

Se, no discurso dos jovens, de um lado aparecem os adolescentes infratores altamente responsáveis pelos seus próprios atos, de outro aparecem os adolescentes responsáveis, que também são eles próprios responsáveis por se envolverem com estudo e trabalho, em função do desejo pessoal de um futuro melhor para si e para sua família. Então na explicação para as atividades responsáveis, são estas questões pessoais que explicam 61,1% dos casos em que os adolescentes estão envolvidos com esse tipo de ação. Mas, o fato de não terem suas necessidades supridas pelo governo faz com que a explicação institucional seja dada em 25% das situações descritas. As questões sociais e familiares, explicam juntas 13,9% da prática de ações responsáveis, e nelas estão vinculadas questões como adequação social e obrigação de ajudar aos pais.

A incidência de explicações pessoais em qualquer tipo de ação praticada pelos adolescentes atribui exacerbada responsabilidade aos adolescentes quando, na verdade, o que se vê na prática cotidiana é uma falta de credibilidade a esses sujeitos, que ficam no limbo entre a responsabilidade de um adulto e a liberdade de uma criança. Tal situação cria nos adolescentes um estado de permanente *vir a ser*, em que há mais espaço para a punição do que para recompensas positivas. Parece que poucos percebem que há por parte da sociedade civil uma grande violência passiva dirigida aos adolescentes, quando não lhes depositam confiança ou quando fazem acreditar que são eles os principais responsáveis pelas mazelas do mundo moderno.

1.6 Como ele/a vive a situação?

Na qualificação do enfrentamento negativo, os jovens ($N=126$) postulam que em 54% das situações o enfrentamento é negativo, principalmente porque os adolescentes vivem

mal e sofrem por ter uma vida desumana e precária. Também sugerem que eles vivem acomodados, iludem-se e enganam-se, ou ainda que vivem com irresponsabilidade e inconseqüência, apresentando problemas de relacionamento com pares, praticando atos transgressores, para chamar atenção do grupo.

Já o enfrentamento positivo, que representa 46% dos casos, acontece porque alguns adolescentes vivem felizes, bem e normalmente, ou porque procuram melhorar pessoalmente e no que fazem, buscando enfrentar os desafios da vida, com responsabilidade e consciência; ou ainda porque sonham com um futuro melhor e estudam para isso com prazer.

1.7 O que pensa/ o que sente?

A descrição das emoções e sentimentos dos adolescentes diante das situações vividas e descritas pelos jovens mostrou que os participantes dividiram suas respostas em sentimentos opostos, positivos (52,1%) e negativos (47,9%), mas nesse caso, os sentimentos negativos não estão vinculados à prática de atos ilícitos. Embora isso ocorra em grande parte, também são relacionados sentimentos negativos àqueles adolescentes pobres que lutam para melhorar suas condições de vida a partir do trabalho e do estudo. Quanto aos sentimentos positivos eles também são descritos por adolescentes protagonistas de ações transgressoras, mas que, na visão dos participantes, sentem-se bem com suas práticas, considerando-as “normal” ou porque elas lhes dão a sensação de poder.

De um modo geral, o perfil de adolescente, traçado pelos jovens, forma uma teia de sentidos construída mais fortemente a partir das concepções tradicionais de adolescência (Hall, 1904; Aberastury & Knobel, 1988), nas quais permanece intensa a marca da transgressão, da crise, da necessidade de convivência com grupo de pares. Ozella (2002) considera naturalista e universalizante esta forma de pensar a adolescência, que não leva em conta os aspectos culturais. Mas, ao lado dessa visão tradicional surge uma fresta, iluminada por um entendimento mais moderno de adolescência. Um espaço em que o adolescente é visto também como alguém responsável e alegre, estudioso e preocupado com seu futuro.

Finalmente, observa-se que, em alguma medida, as experiências vividas pelos adolescentes estão ligadas às situações, às circunstâncias, aos comportamentos, às atitudes e aos valores aprendidos gradualmente desde o início da vida. Parece ser esta a compreensão daqueles que apresentam uma concepção menos preconceituosa da adolescência. Eles percebem na própria situação vivida pelos adolescentes a explicação para as ações transgressoras que cometem.

2. Estrutura das RS do adolescente

Nas Tabelas de 1 a 4 são apresentadas as palavras evocadas pelo grupo de adolescentes, segundo critério de frequência (F) e ordem média de evocação (OM). Assume-se que as palavras com maior frequência e mais prontamente evocadas (ou seja, menor OM) possivelmente correspondem ao Núcleo Central das RS (NC). Os dados que aparecem no campo referente à Periferia Próxima (PP) são aqueles que foram evocadas por último, mas com alta frequência ou prontamente evocados, mas com baixa frequência. Estes dados referem-se aos aspectos mais flexíveis e contextuais das representações. São os elementos

que orientam as condutas dos sujeitos na relação com o mundo (Ribeiro, 2000). A Periferia Distante (PD) é composta pelas palavras de menor frequência e mais tardiamente evocadas, consideradas na análise de evocação como aquelas que expressam as modulações individuais de uma RS.

2.1 O “adolescente” para os jovens

Para o termo indutor “adolescente”, os dados da Tabela 1 mostram que a idéia mais freqüentemente e prontamente evocada é a de *curtição*, seguida de *felicidade*. O que está em acordo com Menandro, Trindade e Almeida (2005), cujo “compromisso com o prazer” foi um dos conteúdos da representação de adolescentes identificados nos textos jornalísticos do período compreendido entre 1996 e 2002. A idéia aqui permanece a mesma, já que eles são *jovens* que vivenciam uma *fase* propícia para isso. São *peessoas* cuja expressão de *liberdade* precisa ser respeitada. Sendo esta *liberdade* expressa através das atividades *curtição* como *sexo*, *namoro* e *amizade*, os elementos da PP apresentam uma dinâmica tal que corrobora o encontrado por Martins, Trindade e Almeida (2003): a idéia de *liberdade* como algo desejado pelos adolescentes, que possuem também clareza da necessidade de se envolverem com ações *responsáveis*, visto que vivenciam uma *fase* em que também há problemas, *dificuldades* a serem superadas.

A *rebeldia* aparece, mais uma vez, revelando ser uma marca arraigada da representação que se tem de adolescente, algo presente de maneira certa e incisiva na vida dos adolescentes. As idéias de *rebeldia* e *sexo*, presentes no NC e no sistema periférico, respectivamente, são elementos encontrados também por Almeida, Cunha e Santos (2004), entre a representação de adolescência construída por profissionais e educadores.

Os elementos encontrados na PD também participam de uma representação socialmente arraigada em que se ressalta o perigo de envolvimento dos adolescentes com as *drogas* e a importância de duas instituições sociais que, embora estejam longe dos elementos centrais da adolescência, podem ajudar a prevenir tal problema nessa *fase*: a *escola* e a *família*.

Tabela 1 - Estrutura da RS de Adolescente

N = 269		OM < 2,5		OM ≥ 2,5		
		f	OM		f	OM
≥ 15	Curtição	116	2,405	Estudo	64	3,047
F	Felicidade	37	2,423	Namoro	36	3,694
R	Fase	43	1,79	Amizade	31	3,065
E	Jovens	43	1,581	Responsabilidade	29	2,793
Q	Pessoas	26	1,577	Sexo	23	3
U	Liberdade	24	2,333			
E	Rebeldia	22	2,409			
N						
C	Dificuldades	13	1,615	Drogas	13	3,847
I	Dúvidas	13	2,462	Escola	12	2,917
A	Mudanças	12	2,333	Família	11	3,545
< 15	Amadurecimento	10	2,4			

A idéia de que os adolescentes passam por fases de *mudanças* e estão em processo de *amadurecimento* se coaduna a com “velha” representação de adolescência disseminada pela Psicologia do Desenvolvimento em que o fator biológico comanda um processo de *mudanças* no corpo em função da puberdade. Tais mudanças seriam acompanhadas por um *amadurecimento* que não é apenas do corpo, mas também psicológico.

Percebe-se a força que a idéia de *fase* representa no imaginário social quando os indivíduos pensam o que caracteriza o adolescente. Pensar o adolescente como um sujeito que vivencia no seu desenvolvimento uma fase transitória é, segundo Ozella (2003), considerar que ele está em um constante movimento de transição para a vida adulta. Compreende-se, assim, que ele vive em um “recorte no tempo” onde há características que o tipificam.

2.2 O “adolescente normal” para jovens

Imersos em uma lógica socialmente construída, os jovens tomam os “adolescentes normais” ainda pela identidade de *estudante* (Tabela 2), que demonstra a interiorização de uma representação mais hegemônica de adolescentes. Aqui a idéia de *responsabilidade* tem peso maior, tal como ocorreu nas análises de Martins, Trindade e Almeida (2003), pois ser um adolescente normal significa aderir a um discurso de compromisso, sobretudo com a própria educação, com o próprio futuro e com a própria vida. Além do mais, a idéia de *responsabilidade* aproxima os adolescentes dos sujeitos adultos e conforme observam Almeida, Cunha e Santos (2004), a fase adulta parece ser considerada como um ótimo período do desenvolvimento, uma vez que aglomera em si uma quantidade de características socialmente desejadas e valorizadas no ser humano.

Na representação de adolescente normal por jovens, que se pode tomar como a representação de si, a idéia de *rebeldia* aparece também com grande força, revigorando a observação de que o adjetivo rebelde passou a ser, naturalmente, vinculado aos adolescentes, tal como evidenciado nas entrelinhas da “Síndrome da Adolescência Normal”. Entretanto, a *rebeldia* se contrapõe à idéia de *responsabilidade*, indicando, conforme Martins, Trindade e Almeida (2003, p. 565), que o adolescente “é um indivíduo que precisa ser ‘domado’ para assumir as suas responsabilidades e, futuramente tornar-se um adulto”.

Tabela 2 - Estrutura da RS de Adolescente Normal

N = 260		OM < 2,5		OM ≥ 2,5		
		f	OM		f	OM
≥ 14	Estudante	79	2,19	Curtição	76	2,513
F	Responsabilidade	40	2,2	Felicidade	36	2,472
R	Pessoas	27	1,629	Namoro	35	3,457
E	Tem	22	2,136	Trabalho	30	2,866
Q	Rebeldia	20	2,4	Amizades	26	3,115
U				Família	22	2,773
E						
N	Escola	13	2,462	Inteligente	12	3,083
C	Educação	10	2,4	Educado	12	2,833
I				Liberdade	12	2,583
A				Saudável	10	2,7
< 14				Futuro	9	2,556

Esse fato, de considerar como parte de sua própria representação algo que é de caráter social, é explicado por Doise (1999). Para ele, a representação de si é um sistema cognitivo organizado e regulado pelas dinâmicas sociais. Assim, quando um indivíduo descreve a si próprio ele se utiliza e dispõe de todo um saber comum já organizado que circula nos contextos sociais dos quais participa. Ou seja, a identidade pessoal pode ser considerada um princípio organizador das tomadas de posição concernentes ao “eu” nas relações simbólicas com outros indivíduos e grupos. O que faz compreender que, mesmo ao falar de si, os sujeitos revelem conteúdos que já estão postos socialmente e circulam, por meio dos processos de comunicação. Entretanto, Doise observa que as relações simbólicas das quais os sujeitos participam não continuam igualmente presentes nas suas consciências. Em função das situações, diferentes relações, tornam-se mais salientes e ensinam aspectos identitários diferentes.

Observamos ainda que os termos *curtição* e *felicidade*, que na representação do adolescente genérico apareciam no NC, agora na RS de adolescente normal aparecem na periferia próxima, indicando a concepção dos jovens de que para o adolescente normal, é mais importante ser estudante, assumir suas responsabilidades de estudante, do que se divertir. O termo *trabalho* aparece na PP reforçando a idéia de que a obrigação mais efetiva de um adolescente que leva uma vida normal é estudar e não trabalhar.

Não é de se estranhar que a palavra *escola*, embora esteja estritamente relacionada com o termo estudante não apareça no núcleo central dessa representação já que para muitos adolescentes, especialmente aqueles de estrato social mais favorecido, ela representa, em grande medida, um lugar de diversão. Então, faz sentido que *curtição*, *felicidade*, *namoro*, *amizades* e *escola* apareçam juntos na estrutura representacional do adolescente normal.

Os termos *educação* e *família*, que também se hospedam na PP, dão sustentação para as ações responsáveis dos adolescentes estudantes e para as ações de diversão desses mesmos adolescentes, que têm em suas famílias o suporte e as condições necessárias para o envolvimento em ambas as atividades. A idéia de *liberdade* também aparece e vem acompanhada de idéia de *futuro* que fecha a representação de adolescente normal, indicando que para os sujeitos considerados normais, mesmo sendo adolescentes, pessoas que buscam maior liberdade e que gostam de curtir a vida, se divertir com amigos e namorar, seu futuro é mais promissor.

2.3 O “adolescente carente” para os jovens

A representação do adolescente carente pelos jovens (Tabela 3) está amplamente compreendida pela idéia de *falta*. Para os jovens, a *falta* material e emocional vivida pelos “adolescentes carentes” é decorrente da *pobreza*. O NC dessa representação aponta também para um adolescente que passa *fome*, que é *estudante* e que tem mais *responsabilidades* por exigência de sua própria condição sócio-econômica. A responsabilidade sugere o envolvimento no mundo do trabalho, o que antecipa a entrada dos adolescentes carentes na fase adulta, onde trabalhar é a principal atividade a ser exercida. O trabalho para estes adolescentes representa o sustento não apenas próprio, mas de todos os membros da família. E, ao que parece, a responsabilidade com o trabalho é um importante passo para a organização e estruturação familiar.

Na PP os elementos revelam um adolescente que carece de uma *família*, que tem poucas *amizades*, que precisa de *mais atenção*. Alguém que precisa *namorar*, que precisa de *mais alegria*. Uma pessoa *sem amor*. O adolescente carente é um *órfão*. Um *necessitado*, alguém sem *pai* nem *mãe*, que vive na *rua*, que não leva uma vida *normal*. As palavras *família*, *pai*, *mãe*, *namorar*, *alegria*, *amizades* revelam a importância da convivência com pessoas significativas. A *família* como instituição socializadora, reguladora e disciplinadora não ocupa aqui o núcleo da RS de adolescente carente, mas ocupa um lugar importante para mostrar que é dela que surgem o abrigo e a orientação necessária aos adolescentes. A ausência das relações familiares e com pares dá ao adolescente carente a condição de ser *solitário*, alguém isolado do mundo, uma pessoa que, embora seja *inteligente*, é *discriminado*. Essa discriminação se dá, justamente, pela falta da família e de condições econômicas que concedam ao adolescente um lugar de destaque nos grupos sociais que frequenta (escola, rua), o que prejudica, por sua vez seus processos afetivos.

Tabela 3 - Estrutura da RS de Adolescente Carente

N= 261		OM < 2,5		OM ≥ 2,5		
		f	OM		f	OM
≥ 14	Falta	154	2,06	Família	32	2,563
F	Pobreza	52	2,23	Amizade	23	3
R	Estudante	50	1,9	Mais atenção	20	2,95
E	Fome	17	2,412	Namorar	14	3,2143,141
Q	Responsabilidades	17	1,941	Alegria	14	2,857
U				Sem amor	14	
E	Órfão	9	2,111	Solitário	9	2,667
N	Necessitado	8	2,25	Inteligente	8	3,25
C	Pai	8	1,5	Discriminado	7	3
I	Normal	7	2,286			
A	Rua	7	2			
< 14	Mãe	7	1,286			

Nota-se que o fato de ser carente é algo que faz o adolescente perder certos estereótipos como a rebeldia, por exemplo. Além do mais, os problemas vivenciados por estes adolescentes em especial não parecem estar ligados à “fase difícil da vida” como se vinha proclamando com Hall (1904), mas a uma situação social e econômica de vida em que superar dificuldades é algo que exige esforço, interesse e dedicação do próprio adolescente, além da ajuda do Governo, de ONGs, das igrejas, da sociedade.

Alguns termos encontrados na RS de adolescente carente foram encontrados por Martins, Trindade e Almeida (2003) na RS de suicídio entre adolescentes, em que os participantes moradores da região urbana indicaram que a idéia de solidão aproxima os adolescentes do suicídio, para estes a socialização entre os pares e o apoio familiar são imprescindíveis para que os adolescentes vivam bem. Seriam, portanto, fatores de risco relacionados ao suicídio os problemas familiares, como a separação dos pais, os maus tratos, a negligência parental, além de dificuldades de relacionamento advindos de um rebaixamento da auto-estima e síndromes psiquiátricas. Já para os participantes da região rural, somam-se a estes fatores aqueles relacionados com o mercado profissional, o

desemprego, os baixos-salários, as dificuldades financeiras. Também a falta de amor, a solidão e os problemas econômicos e sociais são exemplos de palavras evocadas na pesquisa relatada, o que leva a compreensão de que, no imaginário social, os adolescentes que em seus contextos vivenciam tais situações não levam uma vida normal e necessariamente merecem mais atenção e proteção.

2.4 O “adolescente infrator” para jovens

É a clara relação entre violência e pobreza que se ergue entre os elementos centrais da RS de adolescente infrator (Tabela 4), a partir dos próprios jovens, para explicar os atos desviantes. Embora várias pesquisas sustentem que não há causalidade estrita entre violência e pobreza (Zaluar, 1999; Adorno, 2002) o que se percebe é que, no imaginário social, esses dois fenômenos caminham lado a lado. Mesmo sendo a violência um fenômeno muito abrangente e complexo e mesmo os jovens sabendo que adolescentes de estratos sócio-econômicos mais elevados também cometem infrações graves, essa junção que liga pobreza com violência persiste por fazer parte das entranhas sociais de tal modo que não é fácil escapar dela.

Tabela 4 - Estrutura da RS de Adolescente Infrator

N = 252		OM < 2,5		OM ≥ 2,5		
		f	OM		f	OM
≥ 26						
F	Criminalidade	64	1,453	Falta	145	2,848
R	Violência	38	2,079	Não respeita	84	2,559
E	Pobreza	33	2,333	Sem	82	3,996
Q	Família	26	2,308	Drogas	46	2,761
U						
E						
N						
C	Roubo	24	1,875	Pessoa	19	2,947
I	Irresponsabilidade	23	2,217	Triste	18	2,722
A	Sem carinho	16	2,375	Solidão	17	2,529
< 26	Vandalismo	15	2,467	Faz coisas erradas	16	2,875

É essa compreensão que parece estar visivelmente posta na mente dos jovens, já que para explicar a correlação entre violência e pobreza eles assinalam na PP que o sentimento de *falta*, decorrente da pobreza, atrelado a situação em que o adolescente vive *sem* família, *sem* limites, *sem* escola, *sem* acesso ao mínimo necessário para sua sobrevivência, leva o adolescente a *desrespeitar* leis e normas sociais e a se envolver com *drogas* e com toda promessa de ganho fácil que delas deriva.

Os demais elementos da PP presentes nessa representação de adolescente infrator revelam a vivência nesse círculo vicioso do qual se falou anteriormente. As marcas negativas da adolescência como a rebeldia, por exemplo, ganham aqui roupagens mais pesadas e passam a ser vistas como infração. Do mesmo modo, ao contrário dos demais adolescentes,

aquele qualificado de infrator não é visto como estudante, ele é o adolescente violento que responde com violência a violência que sofre, deixando transparecer o quanto é difícil para ele conviver com o ônus da falta de acesso aos direitos sociais fundamentais. E o quanto é prejudicial ao seu desenvolvimento não estar sob a égide das instituições socializadoras e reguladoras.

De um modo geral, as representações de adolescentes apresentam elementos em comum e elementos que se diferenciam de acordo com os contextos situacionais dos objetos da representação. Assim, por exemplo, o adolescente genérico é marcado pela idéia de fase, de rebeldia, como o é o adolescente normal, mas não o é o adolescente carente ou o infrator. A estrutura da representação de um adolescente genérico também apresenta elementos que só aparecem na representação de adolescente infrator, como é o caso das drogas. Quando as palavras de uma e outra representação são cotejadas, percebe-se uma aproximação entre as representações de um adolescente genérico e do adolescente normal. Uma visível aproximação também se dá na representação do adolescente carente e do adolescente infrator. Nos dois primeiros (adolescente genérico e adolescente normal) as idéias de fase, rebeldia, curtição, felicidade, liberdade e namoro aparecem modelando um adolescente marcado por características negativas historicamente evidenciadas, e ao mesmo tempo marcado pela idéia de curtição, diversão. Enquanto que nos dois últimos casos (adolescente carente e adolescente infrator), vêem-se expressões como falta, pobreza, solidão, problemas, o que mostra um adolescente estigmatizado de forma muito negativa e com pouquíssimos espaços de mudança. Essas aproximações não se dão por acaso. Se por um lado, o adolescente de um modo geral e o adolescente normal, em particular, ainda guardam resquícios de um modo de compreender essa fase da vida, pautado nas idéias que a Psicologia do Desenvolvimento ajudou a disseminar, por outro, o adolescente carente e o adolescente infrator apresentam vestígios claros da forte ligação entre violência e pobreza que ainda ocupa lugar privilegiado na sociedade atual. O que parece diferenciar estes dois últimos adolescentes é o envolvimento com as drogas e o cometimento do ato infracional em si. É como se o adolescente carente tivesse todas as condições favoráveis para se tornar infrator e o que vai fazê-lo adentrar ou não nessa categoria é o uso ou não das drogas, é a decisão de transgredir ou não as leis, recaindo sobre o adolescente carente toda a responsabilidade de suas ações.

Algumas considerações finais

As adolescências contextualizadas foram iluminadas por um entendimento comum de adolescência em que se apagam as identidades para deixar fluir características e conceitos historicamente construídos. Gera-se um campo de entendimento sem rosto, sem fisionomia definida, mas com inúmeras percepções importantes para a compreensão das arraigadas marcas que ferem cada adolescente em particular.

É nesse sentido, portanto, que os jovens compreendem o *adolescente em geral* como alguém que vivencia uma fase balizada pela curtição e pelo desejo de felicidade e de liberdade. A rebeldia também está presente nestas representações mostrando que ela qualifica profundamente o adolescente. Em tal fase, o sexo, o namoro e a amizade tomam significações importantes, ao lado das responsabilidades com os estudos. Circula ainda entre estes participantes a idéia do adolescente como um ser em processo de amadurecimento, pessoas que, pela fragilidade de sua incompletude, podem se envolver com drogas a

qualquer momento. Os jovens indicam também o adolescente ocupando ruas, esquinas, viadutos, praticando atos de vandalismo, de transgressão, mas também os vê envolvidos com trabalho e com estudos. A escola, em particular, constitui-se em um lugar especial para esse adolescente genérico, em função da dinâmica dos relacionamentos que lá acontece.

No caso da RS dos *adolescentes normais*, os jovens indicam que no cerne dessa representação está o ser estudante, dotado de responsabilidade, de recursos, mas um ser que não abandonou os atos de rebeldia. Se a rebeldia aparece é porque os adolescentes, mesmo sendo, em parte, responsáveis, são indivíduos que ainda carecem de controle, de dominação. Curtir a vida, buscar a felicidade, namorar, trabalhar passam a ser ações desejáveis a cada dia. Mas é na vivência escolar, na perspectiva de futuro que eles se diferenciam dos demais adolescentes.

O *adolescente carente*, para os jovens, é o estudante para quem falta tudo, porque vive na pobreza. Os adolescentes carentes vivem com fome, têm que assumir responsabilidades maiores do que deveriam. Precisam de família, de amigos, de mais atenção. Têm desejo de namorar, de sentir alegria e também de serem amados. São os órfãos, os necessitados que estão nas ruas, na solidão que as situações de exclusão os impõe.

A representação social do *adolescente infrator* tinge de cinza o campo que o acolhe. Para os jovens são palavras como criminalidade, violência, pobreza e sem-família, que marcam suas vidas e denigrem seus destinos. Os adolescentes infratores e pobres seriam, portanto, responsáveis por toda ordem de irresponsabilidade e em decorrência de suas atitudes ganhariam em troca a incompreensão, a falta de carinho. A condição de estudantes não lhes cabe. É a mais pura visão de famigerada e estrita relação entre violência e pobreza que surge aqui, embora insistidas vezes os contextos e as práticas das violências cotidianas tenham mostrado que não é apenas o pobre que comete infração.

Juntamente com outros elementos apontados no decorrer do texto, fica evidente que o pensamento social (encontrado na literatura, em reportagens, mesmo nas legislações e discursos político) e o pensamento do jovem se entrecruzam, de modo incontestável, nessas teias de significações criadas para a ancoragem dos objetos sociais. Isto significa que as aproximações no modo de pensar não se dão ao acaso, elas são, não se pode negar, resultado desse discurso circundante que insiste em atribuir aos adolescentes, independentemente de sua inserção social, os sinais da transgressão.

É importante notar que quando os próprios jovens, na elaboração das representações de si, atualizam tais discursos, como por exemplo, percebem-se consumidos por uma ânsia transgressora – ainda que sejam estudantes, trabalhadores, pessoas que buscam canalizar as energias para a alegria, para a curtidão da vida e para os projetos de futuro – estão apenas revelando que constroem a si mesmos e a sua identidade a partir das relações sociais e grupais que vivenciam. O modo como os outros os vêem serve de espelho para a reflexão da própria imagem e sua construção.

Referências

Aberastury, A., & Knobel, M. (1988). *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Abric, J.-C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. Em A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-46). Goiânia: AB Editora.
- Adorno, S. (2002). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, 8, 84-135. Recuperado em 13 out 2012, de www.scielo.br/scielo.php.
- Almeida, A. M. O. (2005). Adolescentes em manchete (policial). Em A. Paviani, I. C. B. Ferreira & F. F. P. Barreto. (Orgs.). *Violência Urbana em Brasília* (1ª ed, pp. 219-249). Brasília: UnB.
- Almeida, A. M. O. (2006). *Adolescência e direitos humanos*. Projeto de pesquisa aprovado pelo CNPq.
- Almeida, A. M. O., Cunha, G. G., & Santos, M. F. S. (2004). Formas contemporâneas de pensar a criança e o adolescente. *Estudos: vida e saúde*, 31 (4), 637-660.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Belloni, M. L. (2004). Infância, máquinas e violência. *Educação e Sociedade*, 25(87), 575-598.
- Carvalho, M. M. C. (2006). Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. Em M. C. Freitas (Org.). *História Social da Infância no Brasil* (6ª Ed, pp. 291-309). São Paulo: Cortez.
- Castro, L. R. de. (2004). *A aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Faperj: 7 Letras.
- Doise, W. (1999). Représentations sociales dans l'identité personnelle. Em J.-L. Beauvois, N. Dubois & W. Doise (Orgs.) *La construction sociale de la personne* (pp. 201-213). Saint-Martin-d'Hères (Isère): PUG.
- Faleiros, V. de P. (2005). Boletim de políticas sociais: acompanhamento e análise. *Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento*. IPEA, Brasília. Recuperado em 02 nov 2012, de <http://www.ipea.golpe.berry/publicações/boletins.php?tit=boletim~de~pol%ed>.
- Hall, S. (1904). *Adolescence*. New York: Appleton.
- Klosinski, G. (2006). *A adolescência hoje: situações, conflitos e desafios*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Magro, V. M. M. (2002). Adolescentes como autores de si próprios: cotidiano, educação e o hip hop. *Cad. CEDES*, 22, 63-75. Recuperado em 08 set 2012, de http://www.telehealth.net/subscribe/newsletr_5b.html#1
- Martins, P. O., Trindade, Z. A., & Almeida, A. M. O. (2003). O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 16 (3), 555-568.
- Menandro, M. C. S., Trindade, Z. A., & Almeida, A. M. O. (2005). Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 55(1-2), 49-64.
- Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. Em M. de L. J. Contini & S. H. Koller (Orgs.). *Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 16-24). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Ozella, S. (2003). Adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática profissional. Em S. Ozella (Org.). *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica* (pp. 17-40). São Paulo: Cortez.
- Pais, J. M. (2003). *Ganchos, tachos e biscates*. Porto: Âmbar.
- Patto, M. H. S. (1999). Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, 13(35), 167-198.
- Petrillo, G., & Donizzetti, A. R. (2005). Représentations du mineur, de ses droits et du risque psychosocial. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 65, 59-80.
- Ribeiro, S. M. (2000). *Macho, adulto, branco, sempre no comando* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Souza, M. L. R. (2005). *Violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Vergès, P. (1992). L'évocation de l'argent: une méthode pour la définition du noyau central de la représentation. *Bulletin de Psychologie*, 45(405), 203-209.

Zaluar, A. (1999). Violência e crime. Em M. Sergio (Org). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)* (pp. 13-107). São Paulo: Sumaré; ANPOCS.

Apresentação: 02/09/2012
Aprovação: 08/12/2012